



Representações do Tietê na historiografia paulista

José Nilo Bezerra Diniz*

Resumo: Entre os anos 20 e fins da década de 1940, diversos intelectuais do Instituto Histórico de São Paulo, como Afonso Taunay e Cassiano Ricardo, no fito de escrever uma história engrandecedora do colonizador paulista, o bandeirante, e de inserir São Paulo no centro da historiografia brasileira, acabaram por produzir representações do Tietê. O rio paulista foi percebido como o caminho natural que possibilitou a construção territorial do Brasil entre os séculos XVII e XVIII. Esta representação foi contestada por outros intelectuais coetâneos, como Sérgio Buarque de Holanda e Ellis Júnior. O Tietê novamente emergiu na historiografia paulista no século XXI. A partir de uma preocupação ambiental, alguns historiadores sociais buscaram compreender como se deu as profundas transformações hidrológicas de São Paulo, bem como perceber quais as formas de ver e utilizar a água. Assim, a partir das obras produzidas, interessa analisar os dois momentos em que o Tietê emergiu na discussão historiográfica de São Paulo.

Palavras-chave: história ambiental. Rio Tietê. Historiografia

Abstract: Between the 1920's and the 1940's, various intellectuals from *Instituto Histórico de São Paulo*, like Afonso Taunay and Cassiano Ricardo, in order to write a kind of history which exalts the *paulista* colonizer, the *bandeirante*, and insert São Paulo in the main place of the Brazilian historiography, culminate in producing representations of Tietê. The *paulista* river was perceived as the natural path that made possible the Brazilian territorial construction between the seventeenth and eighteenth centuries. This representation was refused by other contemporary intellectuals, like Sergio Buarque de Holanda and Ellis Junior. The Tietê River emerged again in the *paulista* historiography in the twenty first century. From an environmental interest, some social historians tried to understand how occurred the great hydrological transformations of São Paulo, as well as to perceive the different ways of seeing and using water. Thus from the various works, it concerns to analyze these two moments when Tietê emerged in the historiographical discussion of São Paulo.

*Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestrando em História no PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES.



Keywords: Environmental history. Tietê River. Historiography.

No presente texto analisaremos dois momentos em que os rios, em especial o Tietê, emergem na discussão historiográfica de São Paulo. Durante o segundo quartel do século XX, aquele rio foi apreendido por diversos intelectuais vinculados à cidade de São Paulo, quer ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o IHGSP, quer não. Nesse período, de um modo geral, o rio era suscitado no debate a partir do papel que poderia ter exercido ou não como a estrada natural da marcha bandeirante. Assim, as análises históricas lançavam luz ao rio situado a jusante do Planalto de Piratininga, onde hoje se situa a cidade de São Paulo, nos séculos XVII e XVIII.

Findo o debate, o Tietê somente volta a ganhar vulto nos escritos históricos na primeira década século XXI. Os altos níveis de degradação ambiental, bem como as grandes intervenções que por fim o transformaram em um canal estamparam as justificativas para se realizar um novo estudo do caudal. Destarte, o espaço em questão não mais são os sertões do Brasil, mas o Tietê dentro da cidade. Agora, as pesquisas enfocam as inter-relações das populações lindeiras com o curso d'água e como aquelas alteraram sobremaneira o rio.

Assim, analisaremos dois momentos em que os rios emergem na discussão historiográfica de São Paulo, sendo o primeiro na primeira metade do século XX e o segundo, bem mais recente, na primeira década do século XXI. Não pretendemos aqui esgotar a bibliografia que trata do tema, mas tão somente demonstrar que os dois momentos são bastante distintos e que por isso percebem e produzem, a partir da preocupação do seu tempo, impressões diversas dos caudais paulistas.

Quando Dácio Pires Correia publicou na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo um estudo intitulado “Tietê ou Tieté?”, no ano de 1925, sua preocupação exorbitava a simples erudição – tão corrente nos institutos históricos – de saber qual seria a denominação correta, bem como exigir uma padronização da grafia dos escritos históricos referentes ao rio por uma mera formalização (CORREIA, 1925, p. 279-301). Carregado de intenções políticas, Correia intenciona padronizar a escrita e pronúncia a partir do vocábulo Tietê, que segundo o tupi significa Rio Grande (*ti*, água, rio e *etê*, legítimo, grande), ao passo que se esforça para elidir o termo Tieté, que por sua vez significa rio de águas salobras. Embora houvesse estudiosos do tupi que defendessem o acento agudo, Correia argumenta que



tanto os ribeirinhos quanto os piratininganos reconheciam apenas o acento circunflexo ¹. Assim, conclui o autor: “abandonemos para sempre o impróprio acento agudo, substituindo-o pelo suave e doce circunflexo que é o real, o legítimo, o verdadeiro e único que exprime a pronúncia generalizada da tupínica palavra Tietê” (CORREIA, 1925, p. 300).

O interesse de Correia em construir uma representação ² que exaltasse e exibisse toda a pujança do Tietê não foi tarefa solitária e pode ser entendido em diálogo com o *lugar* de produção desse discurso: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo³.

O principal objetivo dessa instituição, que havia sido fundada em 1894, era inserir São Paulo no centro da narrativa histórica oficial brasileira. Maraliz Christo (2002, p. 9) observa que a primeira frase do volume inaugural da revista do IHGSP já demarcava a intenção: “A história de S. Paulo é a própria história do Brasil”. A historiografia produzida pelo instituto era, marcadamente, evolutiva, de maneira que a riqueza do estado de São Paulo no início do século XX tivesse uma relação direta com um passado glorioso. Nesse projeto historiográfico, a figura do bandeirante circulou como tema principal de investigação. Assim, o rio Tietê servia a esse propósito na medida em que era representado, muitas vezes, pelos membros do IHGSP como o caminho natural que possibilitava a ocupação e marcha para o oeste do Brasil.

Inúmeros foram os membros do Instituto que se dedicaram ao estudo da história bandeirante e da conquista do território brasileiro, nos séculos XVII e XVIII, tendo como referência os rios. O mais notável deles, foi, sem dúvida, Afonso de Taunay, cujos trabalhos lhe renderam o epíteto de “grande historiador das bandeiras paulistas” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). É interessante destacar que o autor voltou-se a essa temática por incentivo do eminente historiador e seu mentor, Capistrano de Abreu. Em carta destinada a Taunay, em 1904, Capistrano escreve:

¹ O mesmo foi defendido posteriormente por Afonso Taunay, que afirmava serem somente os escritores “estranhos ao meio paulista” e os “charadistas da etimologia”, que não deixavam escapar a ensanchar dada pelo prestígio do rio, os que faziam uso do acento agudo, enquanto que a grande parte dos ribeirinhos reconhecia somente o acento circunflexo. Cf. Afonso Taunay (1953, p. 21).

² O estudo das representações, segundo Chartier (2002, p.17) é fundamental ao conhecimento histórico se pensado como um campo de “concorrências e de competições” entre diversos grupos sociais que tentam legitimar seus projetos, suas escolhas, seu indivíduos. Assim entendidas, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

³ Ancoro-me aqui na perspectiva de Michel de Certeau (2010, p. 72), que percebe a escrita da história como uma operação coletiva: “Um estudo particular será definido pela relação que mantém com outros, contemporâneos, com um ‘estado da questão’ com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que o constituem, com os postos avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento. Cada Resultado individual se escreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado”.



Afonso amigo. A sua ideia de escrever uma história dos capitães-generais de São Paulo é simplesmente infeliz que lembrança desastrada a de preferir um período desinteressante, quando a grande época dos paulistas é o século XVII (ABREU, 1977, p. 276).

O tema despertou o interesse de Taunay, que defendeu em toda sua produção intelectual a importância do Tietê na colonização do Brasil. Na introdução de *Relatos Monçoeiros* (TAUNAY, 1981, p.11), livro que escreveu no fim da vida, a navegação fluvial nessa calha hídrica ainda aparece de forma naturalizada: “Imemorialmente navegado pelos índios do planalto, em demanda das terras do Paraguai, desceram pelas águas do velho rio Anhembi, os exploradores das primeiras décadas da descoberta e do povoamento do Campo de Piratininga”.

Nos escritos de Taunay, a natureza havia consagrado um lugar especial ao paulista, de sorte que a definição dos limites territoriais do Brasil já estava pré-determinada pela penetração bandeirante, que marchando da Serra do Mar no sentido do sertão acabava por seguir o curso natural do rio. Nas palavras do autor: “A São Paulo apertado [sic.] pela serra marítima alargaria o sertão onde grandes caudais, nascidos à pequena distância do mar, indicavam a marcha para as terras ocidentais” (TAUNAY, 1975, p. 15). É importante destacar, entretanto, a caracterização contraditória que o autor faz do Tietê, que apesar de servir de seta para o oeste, fazia parte de uma natureza que necessitava ser dominada, controlada, e somente o intrépido paulista estaria à altura de tamanho desafio.

Em *Relatos Monçoeiros* (1953), livro que consagrou ao Tietê, o rio é exaltado a cada momento. Dentre uma miríade de possibilidades para se alcançar as minas do Cuiabá, “se demonstra quanto o Tietê era a via preferencial, por excelência, para a penetração no recesso das terras centrais” (TAUNAY, 1981, p.19). Assim, a um só tempo, ao rio e ao próprio paulista, à natureza e ao homem eram atribuídas o mérito pela conquista do território brasileiro.

O autor parecia estar convencido do papel dos rios nos séculos XVII e XVIII. É escusado lembrar que não foi somente através do texto que Taunay produziu essa representação do rio como elemento primordial para pensar o bandeirante, mas também a própria configuração do território brasileiro. A ereção de monumentos históricos dispostos caprichosamente no Museu Paulista durante os anos em que esteve sob sua direção são emblemáticos, nesse sentido. Pode-se citar o esforço despendido para criar a *Sala das*



Monções, inaugurada em 1929, na qual estavam reunidas diversas telas adquiridas pela compra e até pintadas sob encomenda do diretor. Segundo Oliveira (2007, p. 105), a sala possuía o caráter pedagógico de instruir o olhar do visitante para os diversos momentos que compunham uma expedição monçoeira. Outro exemplo é o “monumento aos rios”, composto por ânforas com amostras de água dos rios que representavam cada estado do Brasil e cujo rio de destaque era, evidente, o Tietê (OLIVEIRA, 2007, p. 106-126).

Capistrano, no entanto, demonstrou ter ciência das críticas daqueles que punham em cheque o papel do Tietê para a devassa do território. Em outra correspondência, essa já em 1920, Abreu comenta:

Uma conversa com Gentil deu-me que pensar; contesta ele que o Tietê fosse caminho das bandeiras, antes das que levaram a Mato Grosso. Não sei se ele tem razão; acho que não terá, mas prová-lo parece difícil porque ponho em dúvida o que sempre acreditei implicitamente; pega-me desprevenido”. (ABREU, 1977, p.312).

A partir de meados da segunda década do século XX, entraram em disputa representações divergentes acerca do rio. Os (des)caminhos historiográficos fruto desse embate discursivo emergiram de modo complexo e não podem ser reduzidos somente à filiação, ou não, dos intelectuais ao IHGSP. Há que se considerar, também, os interesses políticos, as afinidades de pensamento que demandam a pronúncia de cada representação.

Mesmo no âmago do IHGSP, nem todos partilhavam das mesmas impressões acerca da relação entre o Tietê e o caminho natural do bandeirante. Coube a Alfredo Ellis Júnior, em 1923 – que à época ainda não era membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, mas que, inclusive, possuía fortes relações com Afonso Taunay, tendo sido aluno seu no colégio São Bento –, o mérito, talvez, de ter sido o primeiro a desvincular o Tietê do processo de recuo do meridiano de Tordesilhas. Em 1923, ainda no mesmo ano em que Ellis Júnior publicou *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, recorreu aos auxílios de Taunay, que lhe empregou no *Correio Paulistano* (EL-DINE, 2010, p. 42).

Nesse estudo, o promotor público é peremptório ao criticar os estudiosos que discorriam sobre a navegação fluvial nos tempos primevos da colonização: “outro grande erro, do qual não tem escapado nem mesmo muitos historiadores de certo renome, consiste na suposição de que o movimento expansionista das bandeiras se deu pelas vias fluviais”



(ELLIS JÚNIOR, 1938, p. 48). O autor explica que o caminho traçado pelo bandeirante em busca de índios atingiu seu auge, em domínios castelhanos, na primeira metade do século XVII e em terras ocupadas por organizações jesuítas. Estas, tais como Uruguai e Guairá ficavam ao sul e, por isso, não podiam se beneficiar do sistema potamográfico de São Paulo, que rumava para o norte.

No intuito de corrigir possíveis equívocos históricos, de retificar uma tradição de escritores que atribuíam o fenômeno das bandeiras a determinantes naturais, Ellis Júnior cinde a história paulista em dois momentos: as bandeiras e as “monções”. Segundo o autor:

Há muita gente a pensar, e muita gente de cultura, que o bandeirismo se deu em virtude da configuração de nosso solo, que os rios corressem para o interior.

Ainda há pouco, em um livro desta coleção, Vicente Licino Cardoso, se enfileirava entre os que atribuíram ao Tieté, o fenômeno das bandeiras. Erro de visão e deficiência de conhecimentos sobre o capítulo – bandeirismo.

Os bandeirantes que alargaram a capitania Vicentina, não se aproveitaram dos rios que correm do nosso planalto para o interior.

Nada disso. Como se verá deste trabalho, as incursões se faziam por terra, a pé e não pela via fluvial. Esta só foi utilizada, no período das “monções” setecentistas, em navegação permanente entre Piratininga e Matto Grosso.

Mas essas “monções” nada mais têm que ver com o bandeirismo que já havia passado.

É preciso não confundir, para que se de uma confusão lamentável não resultem injustiças e inverdades.

O esforço do bandeirante foi muito maior do que o de simples aproveitamento das vias fluviais (ELLIS JÚNIOR, 1938, p. 36).

A imparcialidade que tanto apregoava, a busca incessante pela verdade dos fatos e pela retificação de proposições equivocadas, a proposição de uma escrita da história pautada na objetividade não se fazia presente, todavia, quando demonstrava seu respeito incondicional ao bandeirante. Explicar a faina bandeirante por imposições naturais lhe parecia uma injustiça terrível, por reduzir a intrepidez do paulista ao capricho da natureza.

Ainda de acordo com a passagem citada acima, as “monções” seriam apenas rotas de comércio que ligavam as minas do Matto Grosso com Piratininga de modo constante,



resultadas de um segundo momento histórico que em quase se relacionava com as bandeiras. Além disso, lamenta que as “monções” tivessem provocado o despovoamento em massa dos planaltos de Piratininga e, por isso, não passaria de um episódio lastimável. As bandeiras, estas sim, constituíam os melhores capítulos da história paulista.

O autor conclui que o ouro não beneficiou o paulista, “nem ao menos serviu para dourar os braços carcomidos e enferrujados das velhas casas paulistas” (ELLIS JÚNIOR, 1938, p. 331). Em virtude da ganância lusa pelo ouro, o paulista pagaria um pesado tributo: o seu próprio sangue derramado nas lavras e a decadência do seu modo de vida: “Sua população decrescia e sua agricultura suprimia-se. Seus moradores, aventureiros, valentes, e empreendedores, foram-se transfigurando nos caipiras atrofiados e sedentários, vivendo miseravelmente nos sitiécicos circundantes de Guarulhos, Santo amaro, Parnahíba e Araçariguama” (Idem, p.329).

O embate de representações pode ser percebido na apropriação de um corpo documental. Para escrever esse livro, o autor se valeu de *Inventários e Testamentos*, uma copiosa documentação oficial organizada e publicada, a partir de 1921, pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, de iniciativa de Washington Luís (EL-DINE, 2010, p. 57). A mesma documentação foi utilizada por Taunay que, no entanto, teve impressões distintas sobre a importância do sistema fluvial paulista. Embora discordem do papel dos rios, os dois partilhavam de um projeto histórico semelhante, e ambos os autores estavam em consenso quanto ao que teria significado o bandeirismo para a história nacional.

Na senda de Alfredo Ellis Júnior, o historiador Sérgio Buarque de Holanda produziu um livro intitulado “*Monções*” (1945), cujo tema principal é o estudo desta rota de comércio durante o século XVIII. Além da diferenciação dos dois momentos históricos, bandeiras e “monções”⁴, duas questões centrais distanciam a análise de Holanda da produção historiográfica de Taunay: uma forte crítica à glorificação do bandeirante e uma crítica a uma perspectiva teleológica, na qual o paulista teria consciência e intenção de alargar as fronteiras do país.

Em relação à primeira divergência, Holanda demonstra a importância que alguns índios teriam para a atividade monçoeira. Era a partir do conhecimento dos “naturais da terra”

⁴ O autor é categórico ao separar os dois movimentos: “Naquelas [primitivas bandeiras], os rios constituem, efetivamente, obstáculos à marcha, e as embarcações são apenas o recurso ocasional do sertanista, utilizável onde a marcha se tornou impossível. Nas monções, ao contrário, a navegação, disciplinadora e cerceadora dos movimentos, é que se torna regra geral, e a marcha a pé, ou a cavalo, ou em carruagem (na fazenda de Camapoã por exemplo), constitui exceção a essa regra” (HOLANDA, 1945, p. 123).



que provinham a matéria prima, a técnica de fabrico naval e até mesmo o modo de usar as embarcações, como era o caso dos tripulantes remarem sempre em pé.

Além disso, destaca que os sertanistas conheceram problemas de nova ordem com as “monções”. A maior delas, sem dúvida, seria a refrega com o indígena, causada pelas rotas de comércio regular que não existiam no período das bandeiras. O “gentio Cavaleiro”, como o Guiacurú, montado em seu cavalo, armado com armas brancas cunhadas com ferro teria matado mais de quatro mil paulistas e portugueses nesse período. Esses “povos anfíbios” teriam representado um embaraço ainda maior que os caudalosos rios e suas grandes quedas d’água à expansão luso-brasileira nos sertões ocidentais (HOLANDA, 1945, p. 161-184).

Outro ponto interessante de sua análise é a profusão de conexões entre *natureza e cultura*. Ao lançar luz para além do sertanista, o autor acaba por observar o próprio rio e as florestas em sua margem. A natureza não é invocada como pano de fundo da narrativa, mas como elemento modelador de determinadas relações sociais, econômicas e de aspectos culturais.

Assim, por exemplo, discorre sobre o corte sistemático de madeira para a fabricação dos ubás e pirogas e suas consequências no comércio do Cuiabá (HOLANDA, 1945, p. 47). Trata igualmente dos problemas ocasionados pela disseminação de espécies alienígenas no Cuiabá, seja pela dificuldade de implantação e manutenção de espécies desejadas, como a criação do gado dificultada pela ausência do sal, seja para a contenção de outras tantas indesejadas, como o rato (Idem, p. 82-84).

Um último estudo que merece nossa atenção nesse primeiro momento é o livro *História de um rio (Tietê)*, de Humberto Mello Nóbrega, publicado pela primeira vez em 1948. O autor tencionou escrever uma verdadeira ode ao Tietê, que é a pedra angular de sua análise. Isso pode ser percebido através da própria organização dos dez capítulos que compõe a obra, nos quais o rio sempre é visto em face de um aspecto: “o Tietê e a expansão paulista”, “o Tietê e a poesia”, o “a iconografia do Tietê”, e assim por diante.

No que concerne à discussão do papel do Tietê na conquista do território, Nóbrega demonstra conhecer o debate que lhe é contemporâneo, mas escolhe seguir por uma terceira margem, atestando que se a navegação não foi imperante no primeiro momento, o mesmo não pode ser dito do aproveitamento potamográfico, ou seja, das silhuetas, dos contornos e dos vales dos rios. Destarte, conclui que “a irradiação bandeirante, embora a via fluvial não tenha sido sempre a preferida, mesmo antes do ciclo do ouro processou-se de maneira intimamente ligada a carta hidrográfica das regiões percorridas” (NÓBREGA, 1948, p. 34).



O que há de mais notável em seu livro, sem dúvida, é o último capítulo: “o Tietê e a cidade” (p. 185-198). Após uma explanação acerca da importância do rio na vida cotidiana da capital paulista, tanto no que se refere à vida laboral como aos momentos mais lúdicos, o autor centra-se no problema ocasionado pelas enchentes que, em seu entendimento, estavam com os dias contados.

Nóbrega dedicou especial atenção às obras de retificação do Tietê, iniciadas em 1938, no governo de Prestes Maia⁵. Por ser coetâneo às intervenções urbanísticas, o autor optou por registrar seu horizonte de expectativas face ao rio.

É importante mencionar que os anos de 1930 foram os que a população mais se aproximou e fez uso do rio. A crescente demanda por cascalho e barro, utilizados na construção civil que se encontrava em franca expansão, as altas pressões exercidas sobre a ictiofauna da região e a apropriação da calha hídrica como cloaca das indústrias instaladas em suas margens são apenas algumas das inúmeras atividades que indicam um uso intenso do rio à época (JORGE, 2006, p. 85-144).

Assim, no capítulo derradeiro fica evidente a decepção do autor em relação ao estado em que se encontrava o rio. Apesar de todos os problemas que percebia, Nóbrega apostou alto nas intervenções técnicas, no poder da ciência sobre a natureza. Um breve excerto nos dá uma dimensão do futuro que projetava em seu precioso rio:

A execução do plano de retificação do Tietê foi iniciada em dezembro de 1938, com a assinatura do contrato para a abertura do canal de Osasco, e continuou nas bases assentadas, sendo de esperar que em breve esteja São Paulo definitivamente livre da preocupação das enchentes. O velho rio não se perderá mais em curvas inúteis nos campos turfosos da várzea sem paisagem: correrá retilíneo, entre renques de árvores floridas, como eixo das avenidas que lhe serão paralelas, contemplando o progresso a rolar vertiginosamente em automóveis e trens. que chegarão, muito antes dele àquele sertão longínquo outrora devassado pelas canoas aventureiras dos

⁵ Os primeiros projetos de retificação do Tietê remontam a 1893, sob a direção do engenheiro João Pereira Ferraz. Novos estudos foram elaborados no ano seguinte, mas igualmente sem sucesso. A discussão se estendeu por longos anos e foi marcada por constantes mudanças no projeto até ser levada a cabo pela Prefeitura Municipal de São Paulo no ano de 1938, seguindo o projeto urbanístico de João Florence de Uchoa Cintra, que tinha como característica principal o aprofundamento e estreitamento do canal para a construção de duas avenidas paralelas. O término da obra só ocorreu em 1957, nove anos, por tanto, após a publicação do estudo de Mello Nóbrega. Para maiores informações sobre os projetos de retificação do Tietê, conferir Santos (2011, pp. 217-248).



paulistas. E sussurrará velhas recordações românticas debaixo da Ponte das Bandeiras, monumento erigido a sua glória... (NÓBREGA, 1948, p. 194).

As décadas seguintes, no entanto, nos mostra uma trajetória muito diferente daquela imaginada pelo autor em 1948. Os problemas urbanos se avolumaram e a população perdeu muitos dos laços afetivos que os ligavam aquele espaço. O trecho acima representa o pensamento de muitos, nomeadamente os da elite que culpavam os mais desfavorecidos pelos problemas urbanos e que depositavam apenas nos homens de ciência a solução para esses problemas.

A partir da rápida consideração realizada aqui, é possível perceber que os rios paulistas são abordados pela historiografia da primeira metade do século XX como ponto central para explicar a conquista do território brasileiro. Não obstante essa representação tenha sido contestada pelos trabalhos de Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, prevaleceu, em larga medida, a superestimação dos cursos d'água paulistas. Além disso, é bom alvitrar o interesse político subjacente a essa representação: o projeto de nação que enaltecia São Paulo.

A emergência da questão ambiental

O segundo momento de que trata esse trabalho está calcado em uma história social, que tem as relações de diversos sujeitos com o rio como ponto fulcral da discussão. Os trabalhos têm como justificativa de análise a necessidade de se estudar e entender as diversas relações pretéritas estabelecidas com as águas no espaço urbano como forma de lançar luz na nossa atual relação com a natureza.

O primeiro estudo que vem à baila é o livro *A água no olhar da história*, com texto, projeto e pesquisa de Dora Shellard Corrêa e Zuleika M. F. Alvim, publicado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Este é um livro voltado para o grande público e não tem ambições de ser a última palavra sobre o papel dos rios na história paulista⁶, mas ao contrário abre inúmeras questões a serem desenvolvidas em um trabalho ulterior.

A proposta das autoras é fazer um trabalho de história preocupado com as questões ambientais, arrogando para essa disciplina o direito de entrar no debate que, muitas vezes, esteve sob o jugo de outras ciências como a biologia, a ecologia, a hidrologia. A contribuição da história, segundo as autoras, seria a sua capacidade de perceber as transformações dos rios

⁶ Para uma visão mais detalhada desse debate conferir Corrêa (2008).



ao longo de diversos momentos e de entendê-los em diálogo com os sujeitos que o modificam, seja hoje ou no passado.

Os rios paulistas, principalmente os que cortam a cidade de São Paulo, são analisados desde o período colonial até o século XX. As autoras elencam quatro visões dominantes dos rios: as monções, comércio e transportes de alimentos e outros bens para as minas de Mato Grosso e Goiás, durante o século XVIII; a história das bandeiras, construção *a posteriori* realizada no início do século XX que tende a superestimar o conhecimento e uso dos rios nos séculos XVI e XVII para enaltecer o paulista; a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886), que produziu relatórios científicos, mapas cartográficos, artigos, pareceres técnicos, além de definir a natureza como potencial econômico e energético que deveria ser aproveitado; o rio como via de comunicação, refere-se ao uso sistemático do Tietê como hidrovia, que teve sua consolidação apenas em 1981 com o transporte de materiais ao longo de 300 quilômetros.

Além disso, a partir dos escritos de memorialistas as autoras tratam dos usos cotidianos das águas na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX: o comércio de areias retirados do fundo do Tietê; as práticas de lazer realizadas nos rios ou suas proximidades, como os banhos, as competições de barco a vela, o futebol de várzea, dentre outros. Por fim, as autoras dissertam sobre a apropriação dos rios pelas indústrias em expansão e pelas usinas hidrelétricas. O procedimento realizado foi, em linhas gerais, de identificar como determinado sujeito dava sentido e usava as águas e quais as consequências ambientais geradas.

Outro trabalho que nos ajuda a pensar a história dos rios é o livro de Janes Jorge que se chama *Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo, 1890-1940*, publicado em 2006 a partir de sua tese de doutorado defendida em 2004. Preocupado com os altos índices de degradação que o Tietê alcançou na virada do milênio – mesmo após o início do projeto de despoluição do rio em 1992 -, o autor tem como problemática estudar o processo de desagregação dos bairros lindeiros em face do rio, em outras palavras, pensar de que modo os habitantes de São Paulo se afastaram do rio que corta a cidade.

Jorge parte claramente de uma ausência: a noção histórica que de tão modificado pela poluição, pelas retificações, e pelas redistribuições hídricas o rio deu lugar a um canal. O abismo e estranheza do passado em face presente é sua principal questão. O autor tenta, a partir da história social e da história ambiental, “recuperar o lugar do Tietê no cotidiano dos moradores de São Paulo” (JORGE, 2006, p.19). Seu recorte temporal abrange o período em



que se intensificou o movimento de aproximação dos moradores ao rio, 1890, por causa do crescimento populacional e termina com o movimento inverso, em torno de 1940, agora determinado pelo avanço das obras de retificação que deram ao rio sua conformação geográfica contemporânea.

O prestimoso livro assumiu uma postura interessante ao articular o atual estado de degradação ambiental do Tietê não à ignorância da população que polui, mas buscou entender como as políticas elitistas de modificação do leito impeliram a população para longe e destruíram os laços afetivos, as diversas possibilidades de uso e as identidades com aquele espaço.

O estudo mais rico, em se tratando do tema, sem dúvida foi elaborado por Denise Bernuzzi de Sant'Anna em sua livre docência, publicado em 2007 com o título *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. Assim como nos trabalhos anteriores, a autora foi instigada pela preocupação de compreender os tipos de relações que as pessoas estabelecem com esse precioso líquido e justifica a importância de seu trabalho na atual carência de acesso a água no planeta.

Nessa obra a autora analisa o antigo descompasso entre disponibilidade hídrica natural e acesso da população para a água. No Brasil, segundo a autora, “o descompasso entre abundância natural e pobreza no tratamento e na distribuição social do líquido pode ser brutal, provocando situações tão catastróficas quanto a desertificação de regiões naturalmente desprovidas de caudalosos veios aquáticos” (SANT'ANNA, 2007, p. 294). A experiência da capital paulista no século XIX foi elucidativa a esse respeito, pois ainda que esteja em uma região riquíssima de mananciais, córregos e no “entre rios” a população sofreu ora com a falta d'água, ora com o excesso.

A partir da história social do cotidiano, Sant'anna tenta reconstruir a paisagem hídrica da cidade, percebendo os antigos caminhos das águas e pontos de coleta e de que modo estas se tornaram “invisíveis” através do represamento e da difusão dos encanamentos urbanos. Além disso, realiza um excelente trabalho ao cruzar as políticas urbanas, as noções de higiene em meados do século XIX, os discursos científicos e as relações de trabalho na disputa pelo controle dos usos do precioso líquido.

Outra análise interessante, esta direcionada a questão do rio e as intervenções da engenharia hidráulica, foi a tese de doutorado de Alexandre Rodrigo dos Santos (2011), intitulado *Domando águas*. O estudo encontra-se dividido em três partes, totalizando oito capítulos.



Em um primeiro momento, designado “*pra dentro das pontes*”, o autor buscou demonstrar o papel dos cursos d’água, Tamanduaté e Anhangabaú, na ocupação territorial do que posteriormente viria a ser a cidade de São Paulo, além de discorrer sobre a importância do Tietê na marcha de interiorização. Para Santos, os rios seriam imprescindíveis no primeiro momento de colonização por fornecerem água potável, víveres e servirem de proteção contra investidas indígenas. Com o desenvolvimento urbano, porém, estes deixariam de prover as condições necessárias de existências e passariam a figurar como um problema público.

Por mais de uma vez, o autor superestima a importância dos rios nos séculos XVI e XVII ao apontá-los como os caminhos naturais irradiadores da colonização. É necessário ter em conta, no entanto, que o traçado dos caminhos pelas calhas hídricas dependia de fatores que exorbitavam a mera geografia física, sendo considerado, por exemplo, as estratégias para evitar o confronto com grupos indígenas resistentes à ocupação europeia.

A segunda parte, intitulada “*o divisor de águas*”, centra-se nas transformações ocorridas no espaço citadino após a instauração da República e a consolidação do capital cafeeiro. O autor buscou demonstrar como o Estado de São Paulo em consonância com a elite cafeeira desenvolveram políticas públicas – como a criação do Serviço Sanitário e a imigração em massa – capazes de criar uma demanda por serviços de transporte e iluminação, saneamento básico, além da formação de um mercado imobiliário fortemente atrelado às condições de salubridade e higiene do espaço. As ações sanitárias, para Santos, incidiram tanto no combate a elementos físicos difusores de doenças, por meio de drenagem de áreas alagadas, controle do lixo e dos esgotos, como em determinados hábitos e práticas dos habitantes menos abastados.

Por fim, em um terceiro conjunto de capítulos denominado “*controlando águas*”, cujo período inicial é a eclosão da 1ª Guerra, Santos estuda a especialização do mercado imobiliário em face das políticas públicas de estratificação do espaço citadino, o “zoneamento”; encampação de serviços de água e esgoto; retificação dos rios Pinheiros e Tietê e a disponibilização das terras anteriormente ocupadas pelos cursos d’água a esse novo mercado. Assim, o autor leva em consideração a relação entre o público e o privado, já que a ocupação de São Paulo, nos primeiros 30 anos do século XX, ocorreu por meio do loteamento do espaço por empresas privadas e que a valorização dos terrenos estava diretamente relacionada ao número de serviços públicos disponibilizados à região.

Nesse sentido, o trabalho logra êxito ao demonstrar que a proximidade de muitos rios foi importante no primeiro momento de ocupação do sítio, mas com o crescimento da cidade



estes passaram a ser encarados como um empecilho ao desenvolvimento urbano e, por isso, foram alvos de inúmeras intervenções de engenharia.

Considerações finais

A narrativa histórica do Brasil até a primeira metade do século XX está impregnada de elementos físicos, integrantes da natureza – e neste rol de historiadores podem ser acrescentados ainda outros nomes como Capistrano de Abreu (1853-1927) e Caio Prado Júnior (1907-1990). A espacialização das estruturas sociais tornou-as menos abstratas e produziu um cenário para a narrativa. No entanto, a visualização da paisagem através da reconstituição histórica do espaço teve muitas vezes caráter acessório, servido de pano de fundo ao fato que se almejava contar (CORREA, 2012, p. 51). Isso não foi diferente em se tratando das representações do rio Tietê, de seu papel nas bandeiras e nas “monções”, embora houvesse um interesse político consistente atrelado a essa caracterização do ambiente paulista. Assim, o Tietê, juntamente com as matas, o relevo, as imensas quedas d’água aparecem nessas obras, em larga medida, como um dos vários elementos que compunham um lance de vista, uma paisagem.

Apenas no início do século XXI, o rio passa a ser o objeto central das investigações, e não mais é suscitado dentro de outro debate, como foi o caso da construção nacional do Brasil durante os séculos XVII e XVIII. A razão disso é tanto pela descontinuidade sentida pelos historiadores mais recentes em relação ao que havia sido o Tietê e como a população pretérita se relacionava com ele dentro da capital paulista, bem como pela própria centralização do debate ambiental em várias disciplinas atualmente. Temas como manutenção dos recursos naturais, preservação do planeta e daquilo que entendemos por natureza alcançaram, no final do século XX, lugares privilegiados na agenda global e se tornaram centros de investigação e pesquisa histórica, notadamente por historiadores ambientais.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2º edição. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira, INL, 1977. Volume 1.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.



CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHRISTO, Maraliz de CastroVieira. Bandeirantes ao Chão. **Revista Estudos Históricos**. Dossiê Arte e História, n.º 30, Rio Janeiro: CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 9; acesso em 08 de abril de 2012; disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/330.pdf>

CORRÊA, Dora Shellard; ALVIM, Zuleika. M. F. **A água no olhar da história**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1999.

_____. Os rios na formação territorial do Brasil: considerações sobre a historiografia paulista. In: ARRUDA, Gilmar. **A natureza dos rios**: história, memória e territórios. Curitiba: UFPR, 2008.

_____. História ambiental e a paisagem. **HALAC**. Belo Horizonte, volume II, numero 1, setembro 2012 .– fevereiro 2013, p. 47-69.

CORREIA, Dácio. Tietê ou Tieté? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. XXIII, 1925.

EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. **Raça, história e política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo**. 2010. 151 f. Dissertação (mestrado em história) – CCHN, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo (1923). **O Bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu**: São Paulo, 1890-1940. São Paulo: Alameda, 2006.

OLIVEIRA, Marcela Marrafon de. **Paquequer, São Francisco e Tietê**: a imagem dos rios e a construção da nacionalidade. 2007. 162 f. Dissertação (mestrado em história) – IFCH, Universidade de Campinas, São Paulo, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Cidade das águas**: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas**: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930. São Paulo: Alameda, 2011.

TAUNAY, Afonso de E.. (1953). **Relatos Monçoeiros**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Universidade de São Paulo, 1981.

_____. (1924). **História das bandeiras paulistas**. 3ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Tomo 1.

*Recebido em Abril de 2013
Aprovado em Julho de 2013*